

Socialismo ou barbárie: a atualidade histórica da ofensiva socialista na luta pela emancipação humana

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

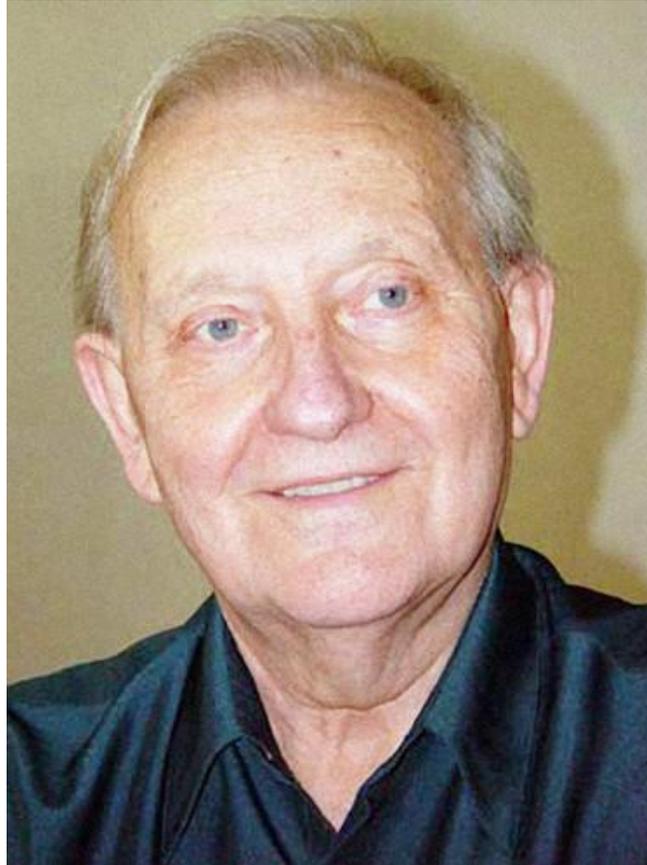
O artigo faz uma homenagem ao falecido pensador húngaro István Mészáros, cuja obra, todavia, inspira a criação de uma luta multitudinária contra os imperativos do regime capitalista, excludente e antidemocrático, apresentando a plena vigência do legado marxista e de sua inerente potência revolucionária pela construção de um futuro socialista.

Palavras-chave: Revolução; Socialismo; Democracia; Mercado; Fim da História.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

O êxito do Capital consiste apenas em postergar o momento em que se tornará uma necessidade inevitável enfrentar os graves problemas de seu sistema, que até o momento continuam-se a se acumular
(MÉSZÁROS, 2007, p. 76).



István Mészáros (1930-2017)

Introdução

Nesse texto prestamos homenagem ao filósofo István Mészáros, cujas reflexões sobre os efeitos deletérios da barbárie capitalista permitem uma atualização da questão socialista em nossa modernidade avançada e a busca por soluções radicais para essa miséria institucional que se acelera em atirar a humanidade do abismo da destruição total. O capitalismo pode, no máximo, se configurar momentaneamente em um modelo pautado na regulação estatal em nome do dito bem-estar social e atenuar

provisoriamente as divergências entre as classes sociais, mas não é capaz de resolver as suas contradições estruturais e assim realizar o fim da exploração laboral. O “capitalismo com rosto humano”, que nasceu de um projeto de harmonização de classes através do Estado de Bem-Estar Social não se sustenta por muito tempo, pois a sanha por lucro incondicional da parte do empresariado não tarda em novamente apresentar sua força arrasadora, rompendo assim o acordo político. Para a superação dessa instabilidade

organizacional, a única alternativa poderosa se encontra na gestão socialista, rompendo definitivamente com a conciliação de classes economicamente antagônicas, e esse é um dos trunfos axiológicos da filosofia de Mészáros, que fez da luta pela realização desse projeto emancipador, com coragem e constância, o ponto crucial de sua trajetória intelectual, revitalizando assim o legado marxista em sua dinâmica emancipatória. As ideias apresentadas nesse texto, portanto, se inspiram na obra do já saudoso pensador.

A urgência da ação socialista contra a barbárie

Para a consciência econômica adepta dos signos capitalistas, o liberalismo realiza o sumo bem do progresso humano e apresenta o triunfo do mercado como o modo ideal de vida a ser adotado. Francis Fukuyama insiste na tese segundo a qual o fim da Guerra Fria e o colapso do bloco soviético conduziria a uma hegemonia da democracia liberal e das forças de mercado sobre as amarras estatais, condição ótima para a realização da estabilidade mundial, o dito Fim da História, conceito moderno fundamental que nas mãos de Fukuyama se converte em um messianismo ideológico devotado aos ditames do capitalismo desregulado:

As sociedades gozam de certo grau de liberdade na medida em que regulam e planejam as economias capitalistas. A lógica do nosso mecanismo não determina rigidamente esse grau. Ainda assim, o desenvolvimento da modernização econômica dirigida pela tecnologia cria fortes incentivos para que os países desenvolvidos aceitem os termos básicos da cultura econômica capitalista universal, permitindo um grau de competição econômica e a determinação dos preços pelos

mecanismos de mercado. É o único caminho comprovadamente viável para a modernidade econômica (FUKUYAMA, 1992, p. 131)

O capitalismo, em sua ansiada universalidade, se torna assim o ideal religioso de consolidação de um só pastor e um só rebanho, devotos do Deus Mercado. Se o Fim da História se encontra na égide da governança liberal e na autonomia do mercado em relação aos corpos sociais, então somente podemos esperar um futuro tenebroso para a humanidade. Com efeito, o avanço da ofensiva neoliberal de maneira alguma fomentou o desenvolvimento das liberdades individuais e do progresso social para o maior número possível de pessoas, mas restringiu mais e mais o estabelecimento do bem-estar humano em nível global. Aliás, a autonomia da produção econômica necessariamente não pressupõe liberdade política, talvez até mesmo necessitando da mão forte de regimes autoritários para realizar convenientemente os parâmetros da modernização capitalista beneficiadores da vanguarda empresarial:

Uma ditadura modernizadora pode, em princípio, ser muito mais eficiente que a democracia na criação das condições sociais que permitam tanto o crescimento econômico capitalista quanto, ao longo do tempo, a emergência de uma democracia estável (FUKUYAMA, 1992, p. 157).

O postulado de que em nome do progresso econômico é conveniente se suportar a vigência de uma ditadura favorável ao mercado evidencia a dissociação empresarial entre ética social, política e economia. Quanto mais se concede poder aos aplicadores da terapia de choque neoliberal, mais a sociedade civil se retrai e perde sua força

de contestação, estabelecendo-se assim o esvaziamento da esfera pública. Contudo, nesse próprio modelo degradado de gestão social já se encontram as armas de sua superação, pois quando as tensões entre o poder autoritário da tecnocracia mercadológica e a população consciente de sua dignidade cidadã atingem um nível insuportável, desponta a inevitabilidade de uma insurreição política. No ideário de Fukuyama, o autoritarismo político vigente em governos comprometidos com a modernização capitalista daria lugar a um quadro mundial nivelado de nações enfim democratizadas pelos paradigmas liberais, suprimindo-se assim os antagonismos e exclusões. As circunstâncias históricas, sociais e políticas evidenciam, no entanto, o contrário da proposta de Fukuyama (um genuíno filisteu ao serviço de corporações empresariais que produz ideias falas para satisfazer as demandas do mercado). Apenas um modo de gestão política foi superado pelo fim da União Soviética e suas zonas de influência, mas não o projeto socialista em si, cada vez mais evidenciado como a única força capaz de superar a barbárie mundial que se manifesta em todos os segmentos sociais impondo a agenda da reificação humana. Novos corpos antagonistas aos preceitos normativos do capital aparecem abruptamente para quebrar a dominação estabelecida pela gestão neoliberal da governança adequada promiscuamente aos imperativos empresariais. Somente uma interpretação tacanha e conformista da história da humanidade pode postular o progresso contínuo de um modelo de pensamento e de gestão social sem qualquer entrave, contingência, acidente.

Mesmo na sociedade comunista, caso ela fosse realizada de acordo com a sua

proposta originária, haveria ainda o antagonismo de forças rumo ao progresso do sistema social. Acreditar no papel civilizatório e vanguardista da democracia liberal e da economia de mercado como as únicas instâncias promotoras do ótimo sociopolítico é na verdade um sintoma de degenerescência psicofisiológica. Pobre futuro da humanidade se depender da potência capitalista para realizar seu sonho de progresso global. As grandes corporações imperam absolutas na configuração econômica mundial, manipulando convenientemente os organismos internacionais para que seus interesses privados se satisfaçam sem impedimentos, contudo as multidões de revoltosos não se calam perante essas arbitrariedades, tornando-se assim uma nova força antagonista que movimenta o processo histórico.

A ideologia neoliberal contradiz-se internamente ao depender de choques de ordem, estruturas políticas pró-mercado privado e do enfraquecimento das associações sindicais e das resistências sociais para prosperar em seu projeto necrófilo, visando criar assim uma gestão sem alternativas sociais de enfrentamento ao autoritarismo financeiro. O celebrado Estado Mínimo só atua como tal para os desprovidos de poder financeiro, pois para os diversos segmentos empresariais suas portas corruptas estão sempre abertas. Tanto pior, a gestão burguesa do Estado não afrouxa sua opressão sobre os divergentes sociais, os manifestantes, os grevistas, os ativistas sem-teto, em suma, todos aqueles que se contrapõem aos seus imperativos autoritários que se consolidam como medidas de exceção para que os interesses do grande capital sejam convenientemente atendidos. Nessas condições, a verdadeira

organização criminosa se encontra nas bases estruturais dos três poderes, todos eles afastados das demandas sociais autênticas para que atuem exclusivamente conforme a realização dos ditames empresariais.

O modelo de gestão neoliberal, supressor do projeto social de emancipação humana para além das forças de mercado, representa um encarceramento existencial nas malhas da tecnocracia, formatando a consciência humana em uma dimensão tacaña e unidimensional. O autoritarismo e o reacionarismo vigentes em nossa atual desestruturação social se configuram como uma junção necrófila de fascismo e neoliberalismo, irmãos gêmeos do projeto obscurantista de supressão da autonomia humana frente a ordem normativa de mercado. Essa relação doentia pressupõe a terapia de choque como forma de instaurar a dominação política do mercado em conveniência com as demandas do grande capital monopolista internacional, em detrimento das aspirações sociais. O Estado Mínimo tão ao gosto dos ideólogos do neoliberalismo escamoteia o fato de que o seu dito caráter mínimo é apenas para a sociedade em relação ao quesito da distribuição dos seus bens, exercendo sobre a mesma suas pressões reativas para mantê-la docilizada e apática perante a corrupta espoliação empresarial. Estado Mínimo protetor dos interesses privados do capital global. Mészáros aponta que

O estreitamento da margem de lucro da acumulação do capital afetou muitíssimo as perspectivas do movimento dos trabalhadores, mesmo na maioria dos países de capitalismo avançado. Não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em pleno emprego (para não mencionar as condições de

milhões de pessoas desempregadas e subempregadas), mas também reduziu as possibilidades de sua ação autodefensiva como resultado da legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras pelos seus parlamentos tidos como democráticos (MÉSZÁROS, 2010, p. 127).

A solução para se contrapor ao fascismo neoliberal se encontra no fortalecimento das bases sociais em sua luta por direitos humanos, por cidadania plena, pelo fim da exploração laboral. O capitalismo não se reforma, mas sim se supera pela gestão democrática radical da esfera pública mediante a ação revolucionária, que inclusive pressupõe a dissolução da carta constitucional, já que esta mesma não é a razão jurídica atemporal e detentora da verdade do direito. Marx, em sua polêmica contra Proudhon, já apresentara a chave para essa transformação fundadora de uma nova vivência humana:

A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do Terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados, de todas as ordens. A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra a outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total (MARX, 2009, p. 191).

O processo do capital viola a cada momento as bases constitucionais, então

toda devoção democrática ao crivo constitucional, mantendo-se sua linha de atuação apenas conforme os esquilidos trâmites institucionais, se configura como uma leniência com a barbárie. Segundo Mészáros,

O Capital – por sua própria natureza e suas determinações internas - é incontrolável. Portanto, investir as energias de um movimento social na tentativa de reformar um sistema de fato incontrolável é um empreendimento muito mais infrutífero que o trabalho de Sísifo, já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de controlar aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que se tenta reformar [...] O Capital é a força extraparlamentar *par excellence*, cujo poder de controle sociometabólico não pode ser limitado por vias políticas. Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do Capital é aquela que de fato nega a possibilidade de contestar seu poder material e é por ser a força extraparlamentar *par excellence*, que o Capital nada tem a temer das reformas decretadas no interior da estrutura política parlamentar (MÉSZÁROS, 2010, p. 144; p. 189-190).

Portanto, se a destrutividade do Capital não respeita as garantias constitucionais e molda a gestão política conforme seus propósitos antidemocráticos, se é imprescindível que se fortaleça uma base extraparlamentar que se contraponha violentamente aos vícios plutocráticos da casta política que administra a coisa pública em favor das elites financeiras, e assim possamos criar uma administração à esquerda, para além da lógica de um modelo de mercado desumano que

pressupõe a degradação humana para que possa prosperar.

Se trouxermos o cerne da argumentação para a realidade política brasileira nos tenebrosos tempos da corrupção temerária, grosso modo dominada por bases plutocráticas afastadas propositalmente dos interesses sociais, certamente é impossível postularmos mudanças significativas no *modus operandi* nacional apenas através de atos governamentais, parlamentares e jurídicos, pois os três poderes constitucionais estão completamente associados em um processo reacionário de destruição da esfera pública brasileira.

Na cúpula presidencial encontramos uma súcia criminoso que desavergonhadamente ousa violar o patrimônio público brasileiro, assim como no poder legislativo eivado de parlamentares defensores de pautas escusas e no poder judiciário sempre favorável aos interesses financeiros. Para vencer uma grande obra de corrupção tripartite não basta a força das urnas, mas a força multitudinária nas ruas. A arma das urnas é fraca demais para vencer esse projeto temerário de destruição nacional. Os direitistas clamam pela intervenção militar para resolver o problema da política brasileira, a esquerda radical, por sua vez, pressupõe a revolução social como o único método eficiente para se defenestrar da vida política nacional os parasitas incrustados no poder. O extremismo direitista se equivoca ao acreditar que as forças militares são dotadas de senso republicano e habilidade técnica para salvar o país da corrupção, pois lhe faltam essas duas premissas.

A perspectiva da esquerda radical, por seu lado, se encontra mais próxima da efetividade, pois não enxerga nas

medidas reformistas próprias do sistema parlamentar qualquer viabilidade maior para a necessária mudança da ordenança social. O mal político da defesa rentista dos interesses plutocráticas se elimina pela raiz, e assim como podemos acreditar no crescimento das bases de esquerda associadas aos interesses sociais, também podemos acreditar no crescimento das bancadas direitistas reacionárias mediante o apoio obtuso de uma massa ignorante que vota irrefletidamente por fobia ao “vermelho”, ao “comunismo”, em nome de “Deus”, da “pátria”, da “família”, da “moral e dos bons costumes”, dos “bons cidadãos”. Postular mudanças políticas na realidade brasileira mediante o sistema parlamentar pressupõe o dispêndio de muito tempo, e na atual conjuntura necrófila e obscurantista não é uma alternativa conveniente para o progresso social. A estrutura política brasileira, tradicionalmente afastada dos paradigmas democráticos, é clientelista, fisiologista, patrimonialista, moldando a consciência eleitoral por esses princípios corruptores, de modo a fazer do cidadão um dependente das benesses dos políticos espoliadores. Conforme argumenta Wladimir Pomar,

No Brasil, somente os que possuem o poder econômico e os que participam do poder de Estado têm reais direitos democráticos, humanos e sociais. São verdadeiramente livres para decidir o destino das eleições, ter sua voz ouvida pela imprensa e obter cultura, saber e riqueza. O resto pode até não estar na condição de miseráveis, ainda possuir alguma dignidade a preservar, mas é simples coadjuvante no palco das encenações democráticas de atores principais. Está separado por um muro invisível de elaborados mecanismos de ilusionismo e

repressão, daqueles que realmente têm o direito de definir o roteiro e representar (POMAR, 2002, p. 103-104).

Para que ocorra o início de uma mudança estrutural nesse relacionamento entre o povo e seus pretensos representantes políticos é imprescindível a reeducação social para a cidadania plena, inclusive mediante controle contínuo da atuação do executivo e do legislativo pela fiscalização popular. A tática revolucionária, por sua vez, prefere romper com qualquer possibilidade de ajuste entre as partes, e talvez seja mais pertinente na atual conjuntura, pois a base podre do poder não poupa esforços para se aferrar nos seus cargos, combalindo ainda mais as finanças públicas. Há doenças que somente são curadas através de procedimentos radicais, e os segmentos reacionários da política brasileira não aceitariam sair do jogo eleitoral pelas regras constitucionais, ameaçando assim as já combalidas instituições democráticas vigentes. Ou as forças democráticas eliminam as nódoas reacionárias fascistas e necrófilas, ou por elas serão eliminadas.

Chegamos a um ponto em que a hesitação promove a causa do fascismo, e por isso que mais do que nunca o lema “Socialismo ou Barbárie” apresenta sua legitimidade axiológica. Para mudar a organização sociopolítica não basta apenas que tenhamos uma gestão pública proba e comprometida com a emancipação dos cidadãos, sustentada por estruturas parlamentares e jurídicas decentes. É necessário o recurso revolucionário de ruptura com o modelo vigente de gestão, pautado em uma falsa representatividade que no fundo apenas perpetua o hiato entre os anseios sociais e os interesses corporativos. Isso não

significa que não se deva apoiar os parlamentares comprometidos com a justiça e a democracia radical, pois esse trabalho estrutural também é fundamental para a reconstrução nacional a partir da afirmação incondicional do bem comum. Esse poder transformador se encontra nas mãos dos partidos de esquerda, os únicos que se filiam aos paradigmas da laicidade, dos direitos humanos, da liberdade efetiva. A grande escumalha de partidos direitistas são os representantes do grande capital e suas famigeradas bancadas rentistas. O trabalho político de formação de uma sociedade radicalmente democrática depende então da associação entre os segmentos libertários da população e os parlamentares comprometidos com as pautas verdadeiramente progressistas. Por isso é fundamental o ativismo contínuo dos cidadãos defensores das pautas sociais, inclusive através de medidas que façam sangrar na carne os interesses do capital. Greves, boicotes, mutirões cidadãos, passeatas, ocupações, todas as estratégias de politização da ação humana nas ruas e nos locais de trabalho são fundamentais para minar as forças econômicas da plutocracia capitalista.

No processo de construção de uma humanidade socialista, livre da alienação, da reificação e de toda forma de exploração, é imprescindível que a estrutura do Estado seja radicalmente democratizada, e para tanto é preciso fortalecê-lo não de modo a torná-lo um tirano autoritário sobre os seus cidadãos, mas para que a sua potência institucional atue em função da promoção do bem comum, seja na saúde, na educação, na alimentação, na moradia, no trabalho. Esse é o sentido filosófico da Ditadura do Proletariado, que de modo algum perderia de seu horizonte o fundamento

revolucionário e democrático que reside na práxis socialista e seu empenho pela emancipação humana. Por isso a importância política de se lutar contra a burocratização do poder, para que o espírito emancipador socialista não se petrifique no conforto hegemônico. Conforme dito por Lenin

A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atitude da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita; e, quanto mais perfeita for, mais depressa se tornará supérflua e por isso mesma se eliminará (LENIN, 2010, p. 109-110).

Somente após realizar a obra política de emancipação humana em nível global poderíamos pressupor a supressão das organizações estatais em favor das cooperativas comunitárias. Na vigência desse processo de depuração dos traços injustos presentes na sociedade em transição ao socialismo, é inevitável que ocorra a centralização momentânea do poder e mesmo a adoção de medidas de exceção contra as forças reativas contrárias ao estabelecimento do bem comum. Eis assim a Ditadura do Proletariado, essencialmente revolucionária, pois é um meio para um fim, e não um fim em si mesmo petrificado e burocratizado pela sedução autoritária do poder. Segundo o parecer de Rosa Luxemburgo,

Ditadura do Proletariado não significa bombas, golpes, confusão, “anarquia”, como aparece nas falsificações conscientes dos agentes do lucro capitalista, mas é o emprego de todos os instrumentos políticos de poder para realizar o

socialismo, expropriar a classe capitalista – no sentido e pela vontade revolucionária da maioria do proletariado, ou seja, no espírito da democracia socialista (LUXEMBURGO, 2011, p. 246).

A mentalidade burguesa odeia o conceito marxista de “Ditadura do Proletariado” por considerá-lo supressor da liberdade humana, mas não hesita em apoiar ditaduras necrófilas que chancelem os imperativos do mercado. Por isso a legitimação do autoritarismo reacionário de governos que justificam suas arbitrariedades em nome do crescimento econômico (que na verdade apenas beneficia a elite plutocrática) é uma zombaria contra a inteligência.

Mais do que nunca a expressão “Socialismo ou Barbárie” apresenta a sua pertinência política, pois a servidão humana perante as forças obscurantistas do neoliberalismo traz em seu bojo a dissolução dos laços societários pautados pela solidariedade, pela tolerância, pela afirmação das diferenças, circunstância que evidencia a convergência necrófila entre a desregulação do mercado e a truculência fascista. O *modus operandi* capitalista, apesar de sua reconfiguração tecnológica, continua atrelado ao regime de espoliação laboral das massas trabalhadoras, cada vez mais desprovidas de qualquer proteção perante o avassalador ímpeto autofágico de uma elite plutocrática que faz do mercado o gênio totalitário da ordenação social. A alienação, a reificação e o fetichismo da mercadoria se manifestam através de outras vestes, mas são ainda esses os sufocantes elementos estranhos ao processo de emancipação humana. O socialismo visa justamente estabelecer os meios concretos para a realização dessa obra libertária mediante o fim da exploração laboral e a sociabilização dos

meios de produção. A lógica do mercado, a despeito de toda sua enorme sua publicidade falseadora, é incapaz de promover o bem comum para a humanidade, pois ao fim apenas as elites plutocráticas, em sua conservação hegemônica de poder, usufruem de modo significativo das benesses. Todos os setores da sociedade moderna foram cooptados pelas forças do capital, estabelecendo-se assim um jugo de aço sobre as massas subalternas desprovidas de voz e de representação. Para Mészáros,

A derrubada ou abolição de algumas instituições em situações históricas específicas é um primeiro passo necessário. Atos políticos radicais são necessários a fim de eliminar um tipo de pessoal e possibilitar o surgimento de alguma outra coisa em seu lugar. Mas o objetivo tem de ser um processo profundo de contínua transformação social. E, nesse sentido, o conceito de revolução se mantém absolutamente fundamental (MÉSZÁROS, 2007, p. 80).

O capitalismo absorveu todos os segmentos sociais e os moldou conforme sua lógica comercial, retirando-lhes assim sua potência contestatória. Na dimensão educacional o conhecimento é instrumentalizado de modo a se tornar um produto altamente rentável para os investidores sem proporcionar ao estudante, todavia, a autonomia intelectual subjacente no próprio processo de saber. O servilismo que se manifesta nas relações comerciais é transposto para a dimensão educacional, reforçando o dispositivo fetichista que falseia as interações interpessoais. Na conjuntura capitalista esse fenômeno de modo algum é aleatório. A submissão da educação ao crivo do mercado, inclusive como um instrumento de lucro, visa

inocular na estrutura pedagógica a formação humana para o poder do capital, seja na condição de produtor dócil, seja na condição de consumidor dócil, ambos devidamente alienados e desprovidos de força contestadora perante as arbitrariedades do regime de mercado, excludente e autofágico para com aqueles que não conseguem cumprir suas metas. Segundo o apontamento de Mészáros,

Limitar uma mudança educacional às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar imagens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capitalismo é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente [...] Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a autoemancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

O mundo é o laboratório do egocentrismo empresarial, e as constantes violações ambientais promovidas pelas corporações privadas evidenciam o descompromisso ecológico desses oligopólios para com as inúmeras formas de vida que compõem a biosfera.

As lutas emancipatórias dos movimentos libertários que despontam em diversas partes do mundo como busca por alternativas ao servo-mercado demonstram que o processo histórico não se conforma ao crivo da mesmice capitalista, afirmando-se assim as bases políticas de uma ruptura com a normatividade neoliberal e sua endêmica dissolução da dignidade humana. A revolução socialista é assim a afirmação da multidimensionalidade da condição humana, pois ética, ontologia, política e economia são conjugadas no processo de composição social das forças atuantes para a destruição da omofagia capitalista.

Referências

- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Trad. de Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUXEMBURGO, Rosa. “A Assembleia Nacional”. In: **Textos Escolhidos**, Vol. II. Trad. de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 243-247.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o Socialismo no século XXI**. Trad. de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **A educação para além do Capital**. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POMAR, Wladimir. **Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista**. São Paulo: Viramundo, 2002.